

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Gil Ferreira/Ascom-SRI



Padilha com a bancada do PP

Padilha se encontra com Dr. Luizinho para reforçar base

Enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está em Nova York com os presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, passou a tarde em um périplo pelo Congresso para reforçar laços. Esteve em vários gabinetes de deputados e senadores. Foi aos aliados tradicionais, como os líderes do gover-

no no Senado. Mas principalmente esteve com os novos parceiros. Não faltaram nem representantes do PL. A visita mais importante foi ao líder do PP, Dr. Luizinho (RJ). Foi Luizinho quem convidou o ministro para um café. Num gesto para reforçar que é verdadeira a aproximação do PP com a base do governo, como declarou Lira, levou a bancada quase toda para o café com Padilha.

Câmara

Padilha meio que admitiu que tem na base mais o PP na Câmara que o do Senado, comandado pelo ex-ministro da Casa Civil e presidente do partido, Ciro Nogueira (PI). Mas, segundo ele, essa não seria uma novidade. Já aconteceu outras vezes em outros governos, diz ele.

MDB

“Quantas vezes já vimos ao longo da história um partido ser governo na Câmara e oposição no Senado?”, questionou o ministro. De fato, durante muitos anos esse tipo de divisão caracterizou o MDB, antes chamado de PMDB, que tinha posições diferentes na Câmara e no Senado.

Gil Ferreira/Ascom-SRI



Com o deputado João Maia (PL-RN)

Até com o PL de Jair Bolsonaro esteve o ministro

No caso do PP, a visita ao gabinete de Dr. Luizinho ganha importância porque o mesmo não aconteceu com o Republicanos, o outro novo parceiro do governo. Padilha não esteve com o líder do Republicanos, Hugo Motta (PB), que, há dois dias, reafirmou que o partido seguirá na sua postura de “independência”. Mas

Padilha teve uma reunião no gabinete do deputado Adail Filho (Republicanos-AM), com outros parlamentares da legenda. E nesse périplo ele se encontrou mesmo com um deputado do PL, principal partido de oposição, legenda do ex-presidente Jair Bolsonaro. Padilha esteve com o deputado João Maia (PL-RN).

Contribuição

Segundo Padilha, o PP já vem dando contribuições ao governo. Aprovou o arcabouço fiscal, a reforma tributária. “Posicionou-se em defesa da democracia, repudiando os atos do dia 8 de janeiro”, afirmou. “Agora, com o ministro André Fufuca (Esportes), isso só irá se ampliar”.

Transição

Na avaliação de Padilha, a aproximação já começou a acontecer mesmo antes de o presidente Lula tomar posse, com a aprovação da PEC da Transição, que permitiu ao governo excepcionalmente gastar acima do teto de gastos para cumprir suas promessas de campanha.

Republicanos

Quanto ao Republicanos, o ministro disse que a expectativa é a mesma. “Desde o primeiro semestre, já houve demonstrações claras desse esforço de colaboração. Que só vai se ampliar. E que vai se ampliar também para outros partidos em que há proximidade”.

350 deputados

Pelos cálculos de Arthur Lira, com a entrada de André Fufuca e Sílvio Costa Filho (Portos e Aeroportos) no governo, Lula passaria a contar com uma base de 350 deputados. É uma base, porém, que precisa ser adulada e azeitada o tempo todo. Foi o que fez Padilha ontem.

Após desencontros, Lula se reúne com Zelensky

O presidente também se encontrou com Joe Biden

Por Ana Paula Marques

Após desencontros sobre Guerra na Ucrânia e desencontros, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se encontrou com Volodymyr Zelensky, ontem (20) em Nova York, durante sua ida à Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), onde os dois presidentes discursaram. O encontro foi pedido pelo ucraniano e teve o objetivo de realinhar a relação dos dois governos, além de discutir o plano de paz de Zelensky.

Apesar de ser esperado, o assunto específico tratado na reunião não foi divulgado. Mas, logo após o encontro, que durou cerca de uma hora, o presidente Lula postou em suas redes sociais que a conversa foi “sobre a importância dos caminhos para construção da paz e de mantermos sempre o diálogo aberto entre nossos países”. A reunião vem para costurar a relação dos dois países, que começou turbulenta, já que o governo brasileiro não tem acompanhado a visão da maioria dos países ocidentais no sentido que a Ucrânia é vítima e a Rússia a culpada pela invasão. Lula tem afirmado que os dois países têm responsabilidade, e que uma solução pela paz dependeria de boa vontade de ambos para ceder. A guerra entre Rússia e Ucrânia já dura sete meses.

O encontro aconteceu no hotel onde Lula está hospedado. Após a reunião, o ministro das relações exteriores da Ucrânia, Dmytro Kuleba, disse a imprensa que a conversa foi “calorosa e honesta”.

Ruídos

O mal-estar diplomático começou no início do terceiro governo de Lula, em janeiro deste ano. Zelensky criticou a posição considerada suave do governo



Lula finalmente se encontrou com o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky

brasileiro com a invasão militar das tropas russas ao território ucraniano. Ainda em maio, durante a cúpula do G7, o ucraniano tentou se encontrar com Lula. Porém, o presidente alegou que houve atraso de Zelensky e a reunião não aconteceu. Outros encontros marcados também não aconteceram.

Lula defende a criação de um grupo de países neutros para negociar a paz. Lula também trocou farpas, e já afirmou que Zelensky também é responsável pela guerra porque “quando um não quer, dois não brigam”. O ucraniano não gostou e rebateu que os pensamentos do petista não precisariam coincidir com os de Vladimir Putin, o presidente da Rússia.

Apesar de existir pressões do presidente ucraniano, é pouco provável que Lula condene abertamente a Rússia, já que o Brasil compartilha espaços importantes com Moscou em fóruns internacionais. Os dois países fazem parte do Brics, o grupo de países emergentes que tem como objetivo a cooperação econômica, formado por Brasil, Rússia, China e África do Sul.

O analista político da BMJ Consultores Associados, Nicholas Borges, explica que apesar de tentar proximidade, o presidente Lula não pretende mais ser protagonista de uma possível solução de paz para a guerra entre Rússia e Ucrânia. “As derrapadas de Lula e o posicionamento brasileiro reforçam que o Brasil não deve adotar uma posição relevante como moderador do conflito, o que demonstra o posicionamento neutro sobre a pauta”.

Encontro bilateral

Com agenda cheia, Lula se reuniu também com o presidente dos Estados, Joe Biden, em um encontro bilateral, onde lançaram um pacto em defesa de melhores condições de trabalho no mundo. Lula defendeu o fortalecimento dos sindicatos, e um ‘novo marco’ para relação entre capital e trabalho, principalmente os digitais. Ao discursar, o presidente do Brasil, disse que está discutindo com Biden políticas de trabalhos “decentes”.

Segundo o governo brasileiro, Brasil e Estados Unidos pretendem, juntos, incentivar a geração

de empregos com cobertura de direitos trabalhistas.

“Instalamos uma mesa de negociação, governo e empresários. Essa mesa de negociação está para construir não apenas uma perspectiva de empregos decentes em função das plataformas que oferecem serviços precários. Mas também porque queremos criar, quem sabe, um novo marco de funcionamento na relação entre capital e trabalho. Uma relação do Século 21, civilizada”, declarou Lula.

Segundo Nicholas Borges, o encontro com o presidente dos EUA, é importante para alinhar a relação “principalmente após os desencontros entre Lula e Biden sobre o conflito na Ucrânia”.

O analista também explica que por enfrentar problemas comuns desde o início de seus respectivos mandatos, como os ataques ao Capitólio e à Praça dos Três Poderes, Brasil e Estados Unidos buscam dar respostas a outro problema comum: a pressão e desafios sobre a regulamentação de profissionais de plataformas multinacionais, promoção da proteção social e direitos básicos para os trabalhadores.

Lula Marques/ Agência Brasil



Dois relatórios em disputa na comissão

CPI do MST: oposição e governo brigam com relatórios

Por Ana Paula Marques

Chega ao fim a CPI do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) sem muito a dizer. A última reunião da comissão será realizada nesta quinta-feira (21). Na ocasião, os parlamentares devem votar o relatório final da comissão. Deverão ser apresentados dois relatórios — com visões que conflitam — à CPI: o da oposição, elaborado por Ricardo Salles (PL-SP), relator oficial da comissão, e outro da deputada Sâmia Bonfim (Psol-SP).

O relatório de Salles vai na linha do que era a ideia original da CPI, instaurada pela oposição para investigar e denunciar as relações do Partido dos Trabalhadores (PT) com o MST. O relator pede o início do relatório do ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Gonçalves Dias, segurança pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante seus primeiros mandatos, entre 2003 e 2009 e indicado pelo presidente para comandar o GSI. O general G. Dias, como é chamado, foi demitido depois que vazaram imagens que o mostravam no Palácio do Planalto durante a invasão e a depredação do prédio no 8 de janeiro.

Salles também pede indi-

ciamento do deputado federal Valmir Assunção (PT-BA) e do líder da Frente Nacional de Lutas, José Rainha Vitória. Além de descrever elogios ao ex-presidente Jair Bolsonaro, quando afirma que “os campos, nos últimos quatro anos, tiveram relativa calma, proporcionando significativos ganhos ao país a partir da prosperidade do setor agropecuário”.

Segundo o relator, Gonçalves Dias prestou falso testemunho ao dizer não ter tido acesso a nenhum relatório da Abin no período em que foi ministro sobre as séries de invasões promovidas pelo MST, em maio deste ano.

“Sua versão acabou sendo desmentida duplamente, tanto pela fala do Ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário, Sr. Paulo Teixeira, quanto do Ministro de Estado da Agricultura e Abastecimento, Carlos Fávaro, ambos confirmaram que este tema de invasões de terra foi objeto, desde o início do ano, com a escalada vista, de inúmeras discussões entre ministros, inclusive em reuniões de ministros em que estava presente o Presidente da República”, descreve.

Relatório Simultâneo

Mas, ao longo dos trabalhos, a CPI perdeu a maioria

oposicionista que tinha no início. Integrantes foram substituídos, dando ao governo maioria. O que dá chances de aprovação do relatório paralelo feito por Sâmia Bonfim.

O relatório de Sâmia vai contra os indiciamentos e defende o MST. “Não se encontrou qualquer evidência de crime por parte destes movimentos [...] Ao final, o que se tem evidenciado é a legitimidade dos movimentos sociais, especialmente do MST e da FNL, ouvidos na CPI, e o reconhecimento dos mesmos perante a sociedade”.

O texto produzido em conjunto com a bancada do Psol e do PT defende que o objetivo da comissão é “criminalizar os movimentos sociais que atuam no campo brasileiro”. Além de defender que “os movimentos sociais, como evidenciado, surgem justamente da continuidade desta contradição, em que os excluídos passam a exigir seus direitos, dentre estes a realiza-

ção da reforma agrária em áreas que não cumprem sua função social, conforme previsão constitucional”.

Salles réu

Durante o processo da CPI, o deputado e ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles (PL-SP) tornou-se réu no caso que investiga exportação de madeira ilegal. A denúncia foi feita em cima da emissão de certidões e ofícios, feita por funcionários do Ibama indicados por Salles, que estão em desacordo com as orientações técnicas da instituição para liberar madeira de origem brasileira apreendida nos Estados Unidos.

Ainda conforme a denúncia, Salles teria “proporcionado condições favoráveis para a representação de interesses privados em detrimento do interesse público pela nomeação de servidores, que não possuíam capacidade técnica para ocupar cargos estratégicos do Ibama relacionado à fiscalização”.